



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 621 / 2005

2ª. CÂMARA

SESSÃO DE: 18 / 08 / 2005

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/000426/2005

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200412373

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: SEVERINO CÂNDIDO

RELATOR: CONS. MARCELO REIS DE ANDRADE SANTOS FILHO

**EMENTA: ICMS – TRANSPORTE DE MERCADORIAS COM DOCUMENTAÇÃO FISCAL INIDÔNEA.** Improcedência. Inexiste o argumento que ampara a acusação. Não caracterizada a inidoneidade do documento fiscal. Recurso Oficial conhecido, não provido. Decisão unânime e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO**

O Empresário Severino Cândido Tenório foi autuado por remeter mercadoria com documento fiscal inidôneo, assim considerado pelo agente autuante por conter informações inexatas quanto a descrição dos produtos, sendo penalizado com o art. 123, inciso III, alínea "a" da Lei 12.670/96 e suas alterações posteriores.

O contribuinte se defende da acusação argüindo a nulidade da autuação por ausência do termo de retenção, não lhe sendo dada a oportunidade de regularizar a suposta omissão.

O julgador de primeira instância, observando a presença de todos os requisitos de validade e eficácia da nota fiscal autuada, decide-se pela improcedência do feito fiscal, recorrendo de ofício.

Não houve recurso voluntário.

A Consultoria Tributária, em seu balizado parecer, opina pela manutenção da improcedência, o que foi referendado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o Relatório

### **VOTO DO RELATOR**

Trata-se de autuação por transporte de mercadorias acobertadas por documento fiscal inidôneo, assim considerado por conter informações imprecisas quanto a descrição dos produtos.

Reportando-me aos autos, verifico, facilmente, a presença de todos os requisitos de validade da nota fiscal acobertadora da operação.

O destinatário está identificado, bem como sua inscrição e endereço. É clara a natureza da operação, assim como a data que ela ocorreu.

Os produtos estão devidamente descritos. As unidades e quantidades “batem” com as informações do CGM. Os preços são compatíveis com a operação, comparativamente aos valores das notas de aquisição trazidas à colação pelo autuado.

Dessa forma não há que se falar em documento fiscal inidôneo, sendo acertada a decisão da primeira instância, bem como certo o entendimento do douto parecerista.

Isto posto, Voto pelo conhecimento do recurso oficaíl, negando-lhe provimento para confirmar a decisão de improcedência da autuação.

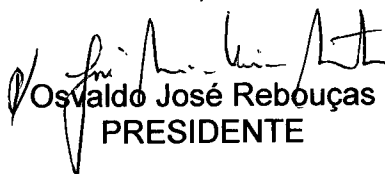
É o Voto

**DECISÃO:**

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **SEVERINO CÂNDIDO**,

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento para confirmar a decisão absolutória proferida pela 1ª instância, nos termos do voto do conselheiro relator e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 21 de setembro de 2005.

  
Osvaldo José Rebouças  
PRESIDENTE

Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA


  
Dulcimeire Pereira Gomes  
CONSELHEIRA

José Maria Vieira Mota  
CONSELHEIRO

  
Regineusa de Aguiar Miranda  
CONSELHEIRA

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO

  
Marcelo Reis de Andrade Santos Filho  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira  
CONSELHEIRO

  
Vanessa Albuquerque Valente  
CONSELHEIRA

  
Ildebrando Holanda Junior  
CONSELHEIRO